

DO MILAGRE ECONÔMICO Á CONSTRUÇÃO DE ITAIPU: CONFIGURANDO A CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU/PR

Cláudia Heloiza Conte*

Resumo: Compreende-se a cidade de Foz do Iguaçu/PR como uma cidade turística com uma ampla oferta de bens e serviços. Contudo, cabe considerar que estas características são resultado de uma série de transformações que ocorreram, principalmente após a década de 1970. Para o entendimento das atividades econômicas desenvolvidas atualmente por Foz do Iguaçu é necessário a compreensão das mudanças socioespaciais ocorridas a partir da década de 1970, mediante construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Foi neste período, atrelado a um forte processo de desenvolvimento econômico, conhecido como “milagre econômico”, representado, entre outros pontos, pela substituição das importações a partir de investimentos do Estado, que Foz do Iguaçu e as cidades próximas a ela foram profundamente transformadas. Transformações que afetaram distintos aspectos da realidade regional, como o forte crescimento populacional, a expansão da infraestrutura, as atividades comerciais, etc. Desta forma, o objetivo deste estudo foi analisar quais foram e quanto impactaram as alterações espaciais advindas da construção de Itaipu.

Palavras-chave: Transformações urbanas. Desenvolvimento econômico. Foz do Iguaçu.

Código JEL: R58, O18, R11

Abstract: It is understood the city of Foz do Iguaçu / PR as a tourist town and with a wide range of goods and services. However, it is considered that these characteristics are the result of a series of transformations that have occurred, especially after the 1970s. To understand the economic activities currently in Foz do Iguaçu is necessary to understand the socio-spatial changes that occurred since the 1970s, through the construction of Itaipu Hydroelectric Plant. It was during this period, coupled with a strong economic development process, known as "economic miracle", represented, among others, by the substitution of imports from state investments, which

* Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina. E-mail: claudiaheloiza@yahoo.com.br

Iguassu Falls and nearby towns were profoundly transformed her . Transformations that affect different aspects of the regional reality as strong population growth, expansion of infrastructure, business activities, etc.. Thus, the objective of this study was to analyze which were impacted and how the changes arising from the spatial construction of Itaipu.

Keywords: Urban transformations. Economic development. Foz do Iguaçu.

JEL Code: R58, O18, R11

1. INTRODUÇÃO

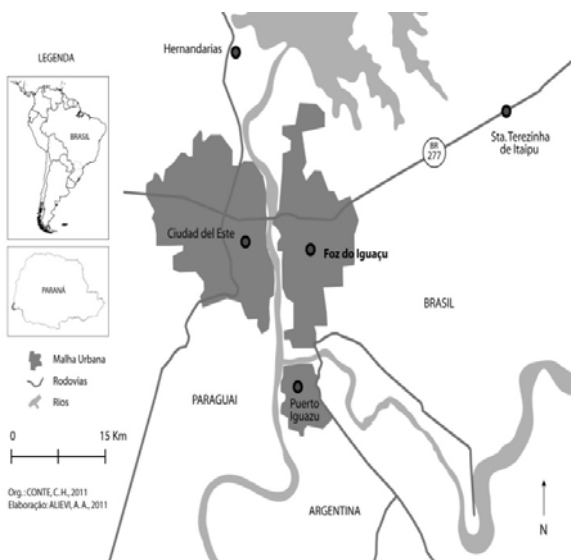
Foz do Iguaçu integra uma tríplice fronteira que reúne características naturais capazes de atrair visitantes de todas as partes do mundo, mantém ligação estreita com Ciudad Del Este – que possui uma zona de livre comércio e é apontada como um dos maiores centros comerciais da atualidade – e se tornou um lugar estratégico para o Brasil, pelo fato de constituir-se num dos principais corredores do comércio internacional entre os países do Mercosul.

Contudo, para alcançar este posicionamento, a cidade de Foz do Iguaçu passou por uma série de alterações socioespaciais, recebendo destaque em âmbito nacional a partir da década de 1940, através de um acelerado processo de ocupação das terras, processo este incentivado pelo programa nacional Marcha para o Oeste. Esta ocupação se deu a partir da ampliação dos loteamentos rurais e urbanos e do forte afluxo populacional de migrantes dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que dinamizaram as atividades agropecuárias e urbanas. Neste contexto de acelerada ocupação de terras, foi deflagrada a implantação da infraestrutura de transporte, articulando esta área ao Estado do Paraná.

A partir dos anos de 1970, fortes transformações afetaram a cidade em destaque, caracterizando-se como momento de importantes mudanças na evolução deste centro urbano. A partir de então, Foz do Iguaçu teve evolução rápida e intensa, mediante a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que afetou não somente a cidade, mas também a rede urbana regional e as cidades fronteiriças de Ciudad Del Este, no Paraguai, e Puerto Iguazu, na Argentina.

A construção de Itaipu alterou radicalmente a evolução e a dinâmica funcional da cidade, bem como as relações econômicas e

sociais estabelecidas pela mesma com sua rede e com cidades de outras redes. No mapa a seguir, observa-se que a cidade de Foz do Iguaçu está localizada no extremo Oeste do Paraná, na confluência dos rios Paraná e Iguaçu e, ao mesmo tempo, na divisa entre o Brasil, Paraguai e Argentina, área esta denominada de Tríplice Fronteira. O mapa permite ainda observar a localização das cidades de Ciudad Del Este, no Paraguai, e Puerto Iguazu, na Argentina.



Mapa 1 – Localização de Foz do Iguaçu/PR

A partir da década de 1970, o crescente processo de industrialização do Brasil tornou essencial a expansão da infraestrutura de transporte e de energia, dentre outras, para dar sustentação ao crescimento do parque industrial nacional. Marco importante deste processo, a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu se inseriu nesta dinâmica de transformações da economia brasileira e permitiu o estabelecimento de novas relações econômicas no Brasil e de Foz do Iguaçu com sua rede regional de cidades e com seus vizinhos sul-americanos.

No período compreendido entre as décadas de 1970 e 1980 – quando a Usina Hidrelétrica de Itaipu foi construída no Rio Paraná –, Foz do Iguaçu atraiu um enorme contingente populacional, teve sua área urbana fortemente ampliada e ocorreram profundas alterações nas atividades urbanas, tanto no comércio como nos serviços, enquanto a industrialização não teve destaque. Houve forte expansão da oferta de serviços públicos e de infraestrutura urbana, que trouxe a reboque o crescimento das periferias empobrecidas e a ampliação das contradições sociais. O município, que até então tinha uma economia apoiada principalmente nas atividades agropecuárias, passou a ter no turismo, comércio e serviços sua base econômica.

No intuito de compreender como ocorreu este processo, o presente trabalho discutirá primeiramente a economia brasileira e a ampliação do setor energético no Brasil até a década de 1970, para posteriormente pontuar e analisar as transformações advindas da construção da usina hidrelétrica de Itaipu.

2. CONJUNTURA ECONÔMICA E O SETOR ENERGÉTICO NO BRASIL NA DÉCADA DE 1970

No começo dos anos de 1970, o Brasil passava por um processo de forte desenvolvimento econômico, denominado de “milagre brasileiro”, que começou em 1968 e perdurou até 1973, evidenciando taxas de crescimento da ordem de 10% ao ano. Este período foi, na realidade, uma das últimas etapas do processo de substituição industrial das importações, que vinha sendo realizada desde os anos de 1930.

A origem desta etapa, temporalmente realizada a partir de 1930, encontra seu entendimento na conjuntura nacional e internacional. Primeiramente, a crise de 1929, crise cíclica mundial da economia capitalista, afetou fortemente a base econômica nacional apoiada na produção para exportação do café, que foi consideravelmente reduzida. Neste quadro de redução do comércio internacional, criaram-se caminhos – mediante alteração no pacto ou poder das classes hegemônicas – para avanços no processo de industrialização com forte participação do Estado.

Nestas condições, a crise do comércio exterior criou, de forma indireta, uma situação favorável para as atividades produtivas voltadas ao mercado interno, pois com a redução da capacidade de importação

as indústrias complementares se viram obrigadas a economizar e/ou substituir insumos importados.

Por outro lado, esta crise afetou as fontes tradicionais de financiamento do Estado, forçando-o a escapar pelos duvidosos caminhos da inflação:

[...] Ora, a inflação significava maior rentabilidade para as indústrias ligadas ao mercado interno, ou seja, uma proteção adicional contra as importações, cujos preços relativos se elevavam em consequência da depreciação da moeda nacional [...]. (SINGER, 1977, p.24)

Singer (1977) explicita que é este processo no qual um mercado preexistente e em crise de abastecimento de suas fontes externas tradicionais incentiva a expansão da indústria local, usualmente chamada de substituição de importações. O processo de substituição de importações verificado a partir da década de 1930 foi intensificado durante a Segunda Guerra Mundial, devido principalmente ao desaparecimento da concorrência estrangeira. Em outras palavras, tratava-se de medidas políticas que protegiam o mercado interno.

Este processo tende a desqualificar as indústrias direcionadas à exportação, já que a substituição avança pela cota de elevação dos preços internos em relação aos produtos importados. Rangel (2005) explicita que sem essa contração da capacidade para importar, o esforço de substituições não teria tido o impulso necessário para a industrialização.

Entretanto, sem uma produção própria de bens de produção, inclusive, de equipamentos – mesmo que essa produção não fosse industrial – a industrialização brasileira teria sido natimorta, como, aliás, aconteceu a numerosos outros países periféricos, como o nosso e confrontados com o mesmo desafio, isto é, com a brutal contração da capacidade para importar (RANGEL, 2005, p.664).

Nesta perspectiva, Furtado (1981) aponta que a década de 1950 foi uma fase importante da industrialização brasileira, pois nesse

período verificou-se grande empenho do Estado em relação à ampliação do sistema industrial que surgira da crise da economia primária exportadora. Desta forma, coube ao Estado a tarefa de criar meios para atrair técnica e capital do exterior, ao mesmo tempo em que oferecia inúmeros incentivos à iniciativa industrial nacional. O Estado concedeu subsídios aos industriais, porém, exigiu a nacionalização das atividades produtivas, objetivando reduzir o conteúdo de insumos importados.

Como consequência, em 1959, a estrutura do sistema industrial havia evoluído consideravelmente em relação à década anterior. O setor metal-mecânico já era o mais importante, contribuindo com 27% para a produção total; os setores alimentar, têxtil e conexos (mineração, indústria de papel, gráfica e de artefatos) representavam 36% em conjunto (FURTADO 1981, p.32). O avanço na capacidade de autotransformação da economia era visível no fato de que a contribuição da indústria local à oferta de bens de capital passara nesta década de 36% para 66%.

Nesta discussão, cabe apontar que a integração das regiões brasileiras em um único mercado, com base no transporte rodoviário, exigia investimentos na área de infraestrutura, além do deslocamento das frentes agrícolas para o interior e do aproveitamento do potencial hidrelétrico, este com localização distante dos grandes centros industriais. Diante desta realidade, Singer afirma que:

[...] nem todos os elementos da economia industrial podem ser importados. A energia elétrica, por exemplo, tem que ser produzida localmente e as instalações existentes no Brasil sempre acompanharam o crescimento da demanda com atraso. Também a rede de transportes não foi projetada no sentido de articular a economia num mercado nacional, mas de ligar as diferentes regiões do país ao mercado externo. (SINGER, 1977, p.136)

No início da década de 1960, o Brasil já havia alcançado condição de país industrializado, dotado de um sistema industrial amplamente diversificado. A oferta de produtos industriais finais e de seus principais insumos de origem industrial constituía nove décimas partes na produção interna e o processo de formação de capital fixo já

não dependia da importação de equipamentos, de maneira diferente do que acontecia em outros países também considerados industrializados. No entanto, o processo de substituição industrial das importações ainda não estava completo, pois faltavam os setores de química, química fina, eletrônica, dentre outros.

Do ponto de vista do processo de substituição das importações a partir de 1930, é fundamental destacar o período entre os anos de 1968 e 1973. Este período foi marcado por uma vigorosa expansão da estrutura produtiva no país, onde o crescimento do produto brasileiro atingiu a média de 11,4% ao ano (BATISTA, 1987). Nesta conjuntura, os investimentos produtivos adquiriram novo ímpeto, ocasionando a ampliação da capacidade produtiva e a implantação de novas atividades. Este período caracterizou-se pelo crescimento, maior diversificação e integração do parque manufatureiro e da política energética nacional.

Para Ianni (1975, p.67), a política econômica executada a partir de 1964 estava orientada para a modernização do sistema econômico no Brasil, fortalecendo as relações econômicas e as instituições, garantindo desta forma “[...] o seu funcionamento, sem os riscos das tensões geradas e agravadas com as transformações estruturais, que se tornaram urgentes ou se impunham”, abrangendo todas as esferas do país.

Desta forma, convertia-se de maneira definitiva o setor industrial e suas empresas em unidades-chave do sistema de produção e reprodução do capital. Para isso, um conjunto de investimentos da esfera estatal criou condições para que o Estado novamente interviesse na esfera produtiva, implantando parte dos setores de base da indústria nacional.

O crescimento da produção manufatureira brasileira no período convencionalmente chamado de “milagre” aconteceu sem que se efetuassem alterações significativas na estrutura do sistema. Tanto o coeficiente de exportação, como a capacidade de autofinanciamento manteve-se estável. Para Rangel:

O Brasil reage – nem poderia deixar de fazê-lo – aos movimentos do ciclo mundial, mas essa reação tem-se revestido de caráter ativo. Assim, quando a economia mundial entra em fase expansiva, o Brasil reage aprofundando seus

laços na divisão internacional do trabalho, o que se manifesta pela expansão das exportações e das importações. Entretanto, quando a economia mundial entra em fase recessiva, a economia brasileira volta-se sobre si mesma – o *crecimiento hacia adentro* dos cepalinos – adotando uma forma de substituição de importações, que também pode ser e o tem sido, uma forma de crescimento, adequada ao seu nível de desenvolvimento econômico e social: diversificação da produção das unidades econômicas básicas; diversificação da produção nacional, pela proliferação de unidades artesanais e excepcionalmente manufatureiras voltadas para o mercado nacional; aprofundamento desse movimento, pela substituição de unidades pré-industriais por outras, de caráter propriamente industrial, no movimento estudado como industrialização. (RANGEL, 2005, p. 698)

No período do choque petrolífero em 1973, a economia brasileira se encontrava em posição vulnerável, pois o sistema industrial operava em pleno uso de sua capacidade, num momento em que ocorria alteração de uma fase de persistente melhora dos termos de intercâmbio externo (mais de 20% entre 1967 e 1973) para outra de brusca degradação.

Em 1974, a situação é alterada em razão de fatores contraditórios, pois, por um lado, sob pressão do acréscimo do preço do petróleo, os termos de intercâmbio externo rebaixaram-se rapidamente. Por outro lado, com estímulo de uma política expansionista, a taxa de crescimento do índice geral de preços dobra entre 1973 e 1974, ou seja, em momento de euforia de que tudo continuaria como antes, sendo a turbulência externa um incidente passageiro.

O problema era encontrar os recursos financeiros necessários para a ampliação da base do sistema industrial, além de aumentar o coeficiente de exportação e redirecionar o setor energético. Assim, “[...] o rápido endividamento externo surgiu como uma saída para escapar a essa contradição. Destarte, a crescente dependência da

poupança externa também se inscreve na lógica do esforço para preservar o modelo de desenvolvimento” (FURTADO, 1981, p.46).

Na medida em que ocorria esse processo de crescimento econômico no Brasil, onde o Estado incentivava novos e contínuos investimentos no setor agrícola e industrial, buscava cada vez mais recursos externos no intuito de desenvolver também os outros setores como, por exemplo, o setor energético. É neste contexto do “milagre econômico” que o governo vai atentar para a produção de energia elétrica, recuperando antigos projetos e realizando acordos internacionais para a concretização de novos, que aproveitassem o potencial disponível no país.

Nesta conjuntura, a eletricidade surge como um ponto primordial nas diretrizes de execução do planejamento nacional⁴¹. É o que se vislumbra no I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND 1970-1974), o qual constava no seu elenco de realizações para o período a:

[...] VIII – Efetivação de um certo número de grandes programas de investimentos, cada um deles de valor superior ao equivalente a um bilhão de dólares, em cinco anos, em consonância com o propósito de consolidar a infra-estrutura econômica e as indústrias básicas. (BRASIL, 1971, p.8)

Todavia, foi no II PND, impulsionado pela primeira crise do petróleo, que ocorreu de forma mais explícita a preocupação do governo em relação à produção de energia:

I - O Brasil deverá ajustar a sua estrutura econômica à situação de escassez de petróleo, e ao novo estágio de sua evolução industrial. Tal mudança implica em grande ênfase nas

⁴¹ Fato mencionado já no governo de Getúlio Vargas, através da Constituição de 1934; apontado posteriormente também através do Plano SALTE, no governo de Eurico Gaspar Dutra; no Plano de Reaparelhamento Econômico, em 1951, com Getúlio Vargas (em sua segunda gestão); no governo de Juscelino Kubitschek com o seu Plano de Metas e durante todo o período ditatorial (1964-1985) através de diversos programas.

Indústrias Básicas, notadamente o setor de Bens de Capital e o de Eletrônica Pesada, assim como o campo dos Insumos Básicos, a fim de substituir importações e, se possível, abrir novas frentes de exportação.

[...] III — A Política de Energia, num País que importa mais de dois terços do petróleo consumido (respondendo este por 48% da energia utilizada), passa a ser peça decisiva da estratégia nacional. O Brasil deve, no longo prazo, atender internamente ao essencial de suas necessidades de energia (BRASIL, 1974, p.16).

O Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento foi publicado em meados da década de 1970, constituindo o programa básico do governo para o período entre 1974 e 1979 e segundo Batista (1987, p.66):

Trata-se de um período bastante interessante, já que coincide do ponto de vista da economia mundial, com um período marcado por grandes incertezas associado ao ajustamento da economia mundial ao primeiro choque do petróleo, e ao colapso definitivo de Bretton Woods, com a generalização do regime de taxas de câmbio flutuantes nas economias avançadas. Do ponto de vista interno, ele coincide com a desaceleração do crescimento econômico vis a vis do período do milagre.

Brevemente pode-se dizer que, apesar da presença de fatores externos e internos desfavoráveis ao desenvolvimento da economia mundial, o II PND objetivava: 1) manter altas taxas de crescimento econômico; 2) manter o equilíbrio do balanço de pagamentos através de superávits na conta de capital capazes de financiar os déficits em conta corrente esperados. Esta poupança externa seria usada com o intuito de realizar uma mudança estrutural da economia, "[...] com a finalidade de ajustá-la ao longo do tempo às novas condições internas e externas" (BATISTA, 1987, p.66). Neste sentido, o II PND sugeria a correção dos desbalanceamentos setoriais existentes, indicando como

prioritários os setores de insumos básicos, o setor energético e o de bens de capital⁴².

Para a realização dos objetivos traçados no II PND o governo teria as empresas estatais como principais agentes de sua execução. O plano buscava ajustar a economia ao choque provocado pela crise internacional e também ao novo patamar alcançado pela indústria no período do “milagre econômico”.

Foi a forte expansão econômica criada pelo milagre que induziu o recurso maciço a empréstimos externos, resultando em efeito bumerangue sobre a capacidade de importar, estabelecida pela própria economia e sobre o potencial interno de financiamento. Destarte, o custo da dívida externa tenderia a crescer numa velocidade maior do que as exportações e a poupança interna.

No que diz respeito à infraestrutura, o relativo acréscimo da produção de hidroeletricidade visava uma modificação na matriz energética brasileira, fato que corresponderia a uma substituição estrutural de importações. Deste modo, com o choque do petróleo, com a mudança política e com o II Plano Nacional de Desenvolvimento, o governo tentou manter o processo de crescimento econômico.

Neste momento, surgem os grandes projetos de investimentos hidrelétricos – Tucuruí e Itaipu – que estavam relacionados com a política de substituição de bens de capital e ao desenvolvimento de empresas (LIMA, 2004). De maneira esporádica, o Brasil tem presenciado desde as primeiras décadas do século XX a busca por potencial hidrelétrico a fim de suprir o crescente parque industrial, que neste sentido, vinha sofrendo constantes racionamentos. Entre os estudos de levantamento de potencial energético nos rios do Brasil, destaque para o rio Paraná, mais precisamente a força existente nos saltos das Sete Quedas.

Diante destes apontamentos, verifica-se que o período do milagre econômico foi um marco no processo de encerramento da

⁴²Batista (1987, p.70) complementa que: “a escolha destes setores prioritários foi coerente com o diagnóstico realizado. O aumento da capacidade de produção de bens de capital, insumos básicos e petróleo correspondia ao objetivo de aumentar a oferta de bens internacionais visando a substituição de importações e a promoção de exportações”.

intensa e longa fase da substituição industrial das importações com fortes investimentos do Estado. Nesta perspectiva, o Estado foi fundamental ao desenvolvimento brasileiro, principalmente através dos investimentos realizados mediante estatais e financiamento para empresas privadas. Com a crise do petróleo a partir de 1973, o ritmo de crescimento foi interrompido, contudo, o governo tentou dar prosseguimento nos investimentos em projetos estratégicos colocados pelo I e II PND e até final de 1979 o país seguiu relativamente bem.

Foi a partir de 1980 que a crise chegou efetivamente, sendo denominada de “década perdida”. Nesta discussão, Rangel (2005, p.712) aponta que “a situação mudaria radicalmente a partir de 1980, quando coincidiu com a fase recessiva do nosso ciclo breve, a do ciclo longo mundial que, provavelmente, continuará em fase recessiva por muitos anos ainda [...]”. Diante do exposto, verifica-se que o Estado não alcançou os resultados esperados, mas esta discussão ultrapassa os objetivos do presente trabalho.

A busca pelo desenvolvimento nacional passa pela necessidade de energia elétrica como um elemento fundamental neste processo. Assim, a cidade de Foz do Iguaçu foi atingida através da construção da maior usina hidrelétrica do mundo. O processo de planejamento, construção e transformações provenientes de Itaipu será discutido no próximo item.

3. PROJETO E CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU

Na década de 1960, especificamente nos anos que se seguiram ao período de governo militar, foram travados encontros entre os governantes do Brasil e Paraguai com o objetivo de concretizar maior aproximação e integração entre as duas nações, resultando principalmente na assinatura da Ata do Iguaçu em 1966⁴³. Através deste acordo, os dois países assumiram o compromisso de construir uma usina hidrelétrica binacional, aproveitando os recursos do rio

⁴³ Este acordo, apesar de manter-se guardado nos gabinetes militares até o momento da assinatura do tratado de Itaipu no ano de 1973, pois existiam inúmeras questões a serem resolvidas para sua execução, que iam desde a parte técnica até a diplomática, colocaria o país numa posição de destaque internacional (CATTÁ, 2009).

Paraná, que separa territorialmente os dois países⁴⁴. Assim, concretizaram um projeto que vinha sendo discutido e se arrastando desde o governo Juscelino Kubitschek.

O projeto Itaipu previa a construção da maior usina hidrelétrica do mundo, com o aproveitamento do grande potencial energético do Rio Paraná⁴⁵. Estabeleceu-se do ponto de vista técnico e de critérios políticos que a usina deveria localizar-se na cidade de Foz do Iguaçu, na divisa com a cidade de Hernandarias, no Paraguai. Nesta perspectiva, Catta (2009, p.190-191) explicita que:

[...] localizada na região da 'tríplice fronteira', o governo buscava ocupar estrategicamente o espaço fronteiro com o Paraguai e a Argentina, impondo um projeto de dimensões gigantescas, que pudesse definir seu controle sobre o 'con-sul' da América do Sul, e no mesmo sentido, trazer o país guarani para seu eixo de influência afastando-se da tradicional dependência com a Argentina.

No momento em que os governos brasileiro e paraguaio anunciaram que seria construída a usina de Itaipu, ou seja, no início da década de 1970, muitas pessoas, inclusive da imprensa dos grandes centros urbanos do país, pouco conheciam sobre a existência de Foz do Iguaçu no extremo Oeste paranaense. De forma geral corria a notícia de que ali se encontravam as Cataratas do Iguaçu, por outro lado, praticamente nada se sabia sobre a cidade. Os dados divulgados

⁴⁴ Com a construção da referida usina, a questão de disputas fronteiriças entre Brasil e Paraguai seria definitivamente resolvida. A região de Guaíra, mais especificamente os saltos existentes no Rio Paraná naquela porção, vinha sendo durante décadas o motivo de diversos desentendimentos e obstáculo para acordos entre os dois países. Estas disputas haviam levado, inclusive, à intervenção militar brasileira, com o envio e estabelecimento de tropas do exército naquela área. A formação do lago de Itaipu acabaria de vez com as questões de limite entre os dois países, ampliando, a partir deste momento a cooperação entre os países no usufruto dos benefícios provenientes daquele empreendimento.

⁴⁵ Para o aprofundamento sobre os estudos realizados acerca do aproveitamento energético do Rio Paraná ver: PEREIRA (1974).

pela imprensa escrita demonstravam pouco conhecimento sobre a história daquela área, tornando-se então, a partir daquele acordo entre Brasil e Paraguai e durante praticamente duas décadas seguintes, uma fonte constante de notícias.

Considerando a proporção desta obra, Catta (2009) afirma que o governo brasileiro procurava, a partir da área onde seria localizada Itaipu, criar um ‘macro-polo’ de intensa radiação de povoamento, de trabalho e elevação de padrão de vida, modernizando as estruturas produtivas, reorganizando o espaço a fim de atender o setor do turismo, dar dinamicidade à economia da fronteira e, principalmente, abrir as portas dos países da América do Sul para os produtos brasileiros. Neste sentido, todas as expectativas estavam direcionadas para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

O empreendimento, que estava projetado para produzir 12.600.000 KW no momento da abertura definitiva das comportas no ano de 1992, e que já havia alcançado, em 1990, cerca de 90% de sua capacidade instalada, seria inteiramente custeado pelo governo brasileiro, envolvendo no projeto até 80% de empresas brasileiras para a realização das obras (ITAIPU, 1990, p.13). Para adquirir o capital necessário, o Estado realizou empréstimos internacionais, cabendo ressaltar que os valores eram sempre alterados por conta da recessão que atingia até os países mais ricos, além dos problemas conjunturais do país, que elevava os valores de forma contínua por conta da inflação.

A partir daquele momento, o universo da fronteira se coloca como uma alternativa muito ampla para milhares de brasileiros de diversas regiões e com diferentes formações profissionais, inclusive para a grande maioria, despossuída de qualquer qualificação. Todos tinham como objetivo a busca por trabalho, acreditando que a sua inserção naquele grande projeto de barragem, mesmo que de forma indireta, era a melhor opção para enfrentar as dificuldades de sobrevivência.

As barragens de grande porte no Brasil não eram mais novidade na área da construção civil, pois com os recursos hídricos existentes no país os governos anteriores ao regime militar já possuíam projetos em andamento ou em fase de estudo, considerando a possibilidade de desenvolvimento da área industrial. Desta forma,

anteriormente à construção de Itaipu algumas outras usinas de grande porte foram construídas ou se encontravam em andamento.

Foram construídas durante o período de prosperidade econômica do país as importantes usinas do complexo Urubupungá, primeiramente Jupiá com 1.411.000 KW e depois outra maior, a de Ilha Solteira, com 3.230.000 KW (inaugurada em 1974) que contaram com um grande número de trabalhadores oriundos de todas as partes do país, e que “[...] puderam também adquirir *know-how* para trabalhar em novos empreendimentos. Estes trabalhadores passaram a ser conhecidos como “barrageiros”, deslocando-se território afora, de barragem em barragem, assim que terminassem sua parte nos trabalhos” (CATTA, 2009, p.189).

Esta nova realidade que se aproximava trouxe grande expectativa de transformações no cotidiano da população de Foz do Iguaçu, pois acreditava que os investimentos a serem feitos na construção de Itaipu refletiriam em toda a cidade. Do dia para a noite, milhares de pessoas começaram a chegar à cidade. Vinham em grupos, e todos os dias chegavam dezenas de ônibus cheios de homens provenientes de todas as regiões do Brasil com a esperança de serem absorvidos pela obra.

Para a realização dos trabalhos iniciais, as empreiteiras envolvidas no projeto requisitaram trabalhadores que já haviam atuado na construção de barragens, assim como trabalhadores paraguaios sem qualificação alguma para aquelas atividades (LIMA, 2004). A todos, independente de possuir qualificação ou não, era oferecida a oportunidade de “conseguir” um emprego com boa remuneração, assistência médica, escola e moradia gratuita. Todavia, com um número cada dia maior de candidatos para as referidas vagas, um grande contingente não foi absorvido pelas empresas. A foto 1 mostra os primeiros trabalhadores contratados.



Foto 1: Trabalhadores recém contratados de Itaipu: década de 1970.

Fonte: Acervo fotográfico de Itaipu

Sotuyo (1998) aponta que, do total das pessoas que vieram, 25% a 30% permaneceram na cidade sem conseguir emprego. A grande migração, muito além da esperada, não permitiu uma preparação adequada na oferta de equipamentos sociais e de infraestrutura básica capazes de atender a todo este contingente, ocorrendo uma visível transformação do espaço urbano de Foz do Iguaçu.

Para se ter dimensão desta realidade, basta verificar que no ano de 1970, de acordo com dados do Anuário Estatístico de Foz do Iguaçu (1992, p.198), a cidade possuía uma densidade demográfica de 38,69 habitantes por km², sendo que grande parte da população já se encontrava na área urbana, ou seja, dos 33.970 habitantes, 20.150 formavam o quadro urbano. Em contrapartida, no ano de 1980, cinco anos após o início da construção de Itaipu, a população passou a ser de 136.320 pessoas, sendo que destes, 101.330 viviam na área urbana, cuja densidade demográfica saltou para 216,38 hab./km² ⁴⁶.

⁴⁶ Para Catta (2009, p.232) “Foz do Iguaçu, guardadas as devidas proporções, experimentou, como as metrópoles do começo do século passado, um crescimento muito rápido em um curto período de tempo, perdendo a sua identidade, sendo sua população engolida pelo turbilhão das novidades que se avolumavam a cada dia, apresentando sempre um ineditismo que, entretanto, não era usufruído por todos.”

Na ausência de uma estrutura urbana adequada, as primeiras levas de trabalhadores que chegavam à cidade eram acomodadas temporariamente em hotéis e pousadas antes destinados exclusivamente à atividade turística, assim como todo e qualquer espaço público que possibilitasse a estadia dos recrutados para a construção da obra.

Neste sentido, Santos (2008) aponta que no momento em que uma nova atividade é criada em um lugar ou quando uma atividade já existente aí se estabelece, o valor do lugar é alterado. Ou ainda, quando a forma de exercer uma atividade preexistente é modificada, cria-se no conjunto das localidades que também exercem tal atividade um desequilíbrio qualitativo e quantitativo. As transformações espaciais, seja por meio da introdução de uma nova atividade, seja pela reestruturação e consolidação de uma atividade já existente, em ambos os casos constituem fatores de alterações no significado dos lugares.

Itaipu Binacional, cuja previsão de construção era de cerca de duas décadas, trouxe nessa mesma ordem a construção de vilas residenciais destinadas à moradia de seus funcionários, além de toda a infraestrutura necessária, como educação, saúde, etc. Até o ano de 1978, foram construídos três conjuntos residenciais, totalizando 5.215 casas, sendo os mesmos divididos e posteriormente distribuídos de acordo com as funções laborais exercidas na obra, mostrando também uma segregação social que marcou tanto a convivência quanto os relacionamentos interpessoais, explicitando as diferenças sociais.

Para abrigar os trabalhadores de nível médio e superior e da alta hierarquia administrativa, Itaipu construiu duas vilas residenciais; a Vila A, com 2.094 residências, que possuíam de 72 a 160 metros quadrados, e a Vila B, com 221 residências entre 152 e 298 metros quadrados, que ofereciam um padrão de moradia mais elevado, desde a infraestrutura até os serviços de segurança, educação, saúde e lazer. Estas vilas foram construídas ao Norte da então malha urbana de Foz do Iguaçu, entre o canteiro de obras e o centro da cidade, contando com um hospital, dois clubes sociais e desportivos, uma escola para atender 10.500 alunos, desde a pré-escola até o segundo grau, com vigilância 24 horas por dia (ITAIPU, 1980), de acordo com as fotos 2,3 e 4.



Foto 2: Vista parcial do Floresta Clube, localizado na Vila A de Itaipu:
1980.

Fonte: Acervo Fotográfico de Itaipu



Foto 3: Vista parcial do hospital localizado na Vila A de Itaipu: 1978.

Fonte: Acervo fotográfico de Itaipu



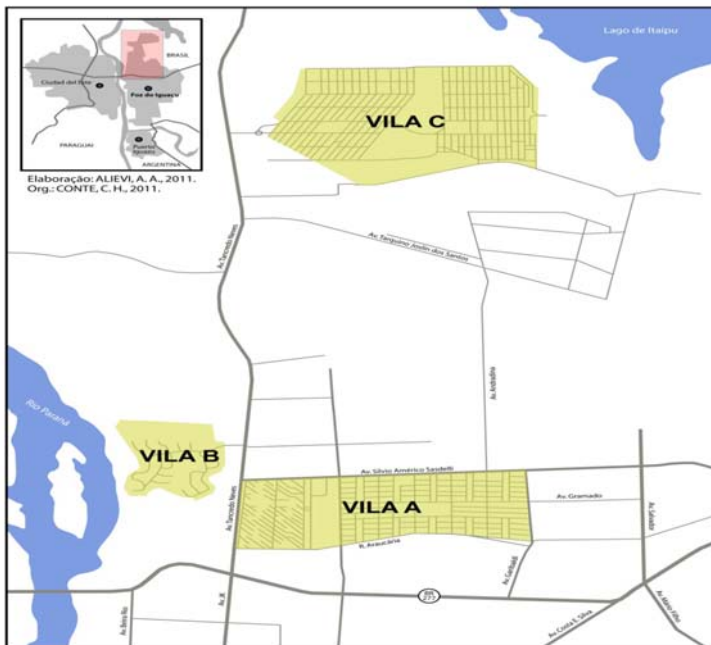
Foto 4: Vista parcial do Colégio Anglo-Americano, localizado na Vila A de Itaipu: 1980.

Fonte: Acervo fotográfico de Itaipu

É importante salientar que Itaipu empregou a maior parte dos operários para as atividades mais simples da construção, como o desmatamento da área onde seria realizada a obra e a construção civil. Para abrigar estes trabalhadores, assim como suas famílias, Itaipu construiu outro espaço com 2.900 residências, que possuíam entre 70 e 100 metros quadrados. Este se encontrava próximo ao canteiro de obras, sendo denominado de Vila C.

Ao contrário das casas das outras vilas, estas moradias eram mais simples, sendo constituídas por quatro residências geminadas num quadrilátero. O número de residentes nas vilas A, B e C de Itaipu, no ano de 1980, chegava quase a 35.000 pessoas, representando 35% da população urbana local. Para os trabalhadores solteiros que estavam atuando na fase inicial das obras foram construídos alojamentos localizados no próprio canteiro de obras⁴⁷. O mapa 2 aponta a localização das vilas e as fotos 5, 6 e 7 apresentam as casas construídas por Itaipu.

⁴⁷ Em relação ao número de trabalhadores em Itaipu, Sotuyo (1998) explicita que o maior número de trabalhadores se deu em junho de 1978, com 30.263 pessoas, dos quais 20.090 eram brasileiros e 10.173 eram paraguaios.



Mapa 2 – Localização das Vilas A, B e C de Itaipu em Foz do Iguaçu: 1985



Foto 5: Vista parcial de uma casa da Vila A de Itaipu: 1978.
Fonte: Acervo fotográfico de Itaipu



Foto 6: Vista parcial de uma casa da Vila B de Itaipu: 1978.
Fonte: Acervo fotográfico de Itaipu



Foto 7: Vista parcial de uma casa da Vila C de Itaipu: 1978.
Fonte: Acervo fotográfico de Itaipu

Em seu estudo acerca das vilas de Itaipu, Sotuyo (1998, p.18) é enfática ao afirmar que:

As relações humanas que se estabeleceram desde o início da construção de Itaipu giraram em torno de um grande distanciamento entre os empregados da usina e os moradores da cidade. Estas relações apoiaram-se sempre no poder político, nas influências de classes e no 'status'. Os recém-chegados não se identificaram com os moradores de Foz do Iguaçu e a cidade também

não os tratou com se fizessem parte dela. A ideia de que a expansão ocorreria somente até o auge da obra, acontecendo um enorme fluxo populacional, como o que geralmente aconteceu nas grandes obras de engenharia do Brasil, ajudou a manter estes dois segmentos da população afastados. [...] Itaipu criou as vilas com o propósito de alojar a mão de obra contratada, cuja infraestrutura, organização e funcionalidade transpareceram para a população local como forma de poder e distanciamento.

Construiu-se uma cidade segregada dentro da cidade de Foz do Iguaçu, protegendo constantemente os funcionários de Itaipu⁴⁸, e para demonstrar esta situação, os dados anunciados por um documento elaborado durante o Seminário de Desenvolvimento Regional⁴⁹ apontavam, entre outros aspectos, que entre os anos de 1976 e 1981 os investimentos em pavimentação asfáltica nas vilas de Itaipu excediam os investimentos efetuados em todo o restante da cidade. Neste sentido, percebe-se que de 5.326.835 m² de asfaltamento, 2.914.743 m² foram realizados nas vilas de Itaipu, em oposição aos 2.421.09 m² em todo o restante da cidade de Foz do Iguaçu.

Desta forma, a cidade foi transformada e seus traços originais foram alterados mediante a implantação das vilas. Nesse ambiente, havia fortes expectativas positivas de mudanças, já que a fronteira estava habituada com um cotidiano sem qualquer outra possibilidade de transformação no curto prazo. O resultado era pragmático, e diante disso nenhum obstáculo colocado à frente deixou de ser superado pelos idealizadores do projeto.

⁴⁸ Sotuyo (1998, p.79) complementa esta constatação ao afirmar que: “Na época em que foram construídas e nos quase 10 anos seguintes, elas [as vilas] ficaram totalmente afastadas de qualquer outro loteamento da cidade e como ninguém tinha que atravessá-las para ir a outros bairros ou estabelecimentos elas conseguiam ser territorialmente ainda mais isoladas do contexto urbano.”

⁴⁹ Seminário de Desenvolvimento Regional (S.D.R). Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento. Foz do Iguaçu, 1982.

Diante do vertiginoso crescimento demográfico, ocorreu simultaneamente o crescimento da construção de moradias. De acordo com dados do IparDES (1977, p.227), no período do início da construção da usina, em apenas três anos a administração pública forneceu 553 alvarás para construção de moradias, sendo que entre os anos de 1969 e 1973 este número não passou de 332. Considerando a demanda, os aluguéis tiveram aumentos exorbitantes e aqueles que possuíam um quarto excedente em sua residência alugavam rapidamente. Outros construía peças nos fundos das casas com o intuito de alugar a preços elevados. A tabela 8 mostra os valores dos imóveis para venda e locação em comparação com Curitiba e São Paulo no início da década de 1970.

Tabela 1 - Preço médio para venda e aluguel de imóveis em Foz do Iguaçu: Cr\$ por m²: 1974

Local	Aluguel	Venda
Foz do Iguaçu	45,00	3.600,00
Curitiba	22,50	3.200,00
São Paulo	27,50	3.750,00

Fonte: IPARDES (1977, p.231).

As habitações de baixo padrão cresceram consideravelmente em razão dos novos moradores que buscavam por emprego, construindo-se progressivamente novas moradias nas áreas periféricas, sem orientação técnica, tampouco controle por parte da Prefeitura. Este também foi o momento da expansão do número de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços para atender as demandas do aumento populacional que ocorria em toda a área de fronteira. Nesta perspectiva, no período entre os anos de 1974 e 1976 a Prefeitura de Foz do Iguaçu liberou 124 alvarás para construções destinadas ao comércio e serviços, contra 97 liberados nos cinco anos anteriores (IPARDES, 1977, p.225).

Diante do exposto, verifica-se que devido à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, um conjunto de alterações socioespaciais atingiu o município de Foz do Iguaçu e sua rede urbana. Tais alterações contribuíram para a expansão das atividades econômicas na área, permitindo que a partir destes acontecimentos, advindos do

início das obras de Itaipu, a cidade de Foz do Iguaçu passasse a receber importância tanto em âmbito nacional quanto internacional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto das relações econômicas e sociais estabelecidas desde a gênese de Foz do Iguaçu até a década de 1970 aponta que suas atividades comerciais e prestadoras de serviços, mesmo sendo pouco diversificadas quantitativa e qualitativamente, atendiam necessidades imediatas de bens e serviços diários de sua população urbana e rural, bem como de cidades de sua rede urbana, principalmente aquelas localizadas mais próximas a ela. Foz do Iguaçu teve seu território reduzido pelos sucessivos processos de desmembramentos municipais, e na década de 1960 caracterizava-se como uma cidade com elevada taxa de urbanização.

Após os anos de 1970, a cidade foi marcada pelo início das obras da Usina Hidrelétrica de Itaipu e uma série de alterações socioespaciais. Assim, observa-se que a evolução urbana de Foz do Iguaçu está atrelada ao processo de construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, fato que determinou a transformação espacial da cidade e da rede urbana, ou seja, uma situação de evolução desigual, norteadas por processos de convergência e divergência, que destacam a diferenciação e não a uniformização.

Todo o processo de construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu – desde os estudos técnicos de verificação da melhor localização para a construção, da chegada de milhares de pessoas na busca por oportunidades de trabalho, até as alterações ocorridas na cidade de Foz do Iguaçu – trouxe inúmeras implicações. A cidade passou de uma situação de convergência – até o início dos anos de 1970 –, caracterizada pela produção rural, por atividades comerciais e de prestação de serviços básicos para sua área de influência, para uma condição de divergência, cujas dinâmicas econômica, social, política, dentre outras, passaram por mudanças. A começar pela chegada de mais de 100 mil novos moradores, atraídos pelos empregos oferecidos pela usina, proporcionando o aumento da construção civil, tanto pela própria Itaipu como por construtoras e poder público local, os quais

construíram novas habitações, escolas, hospitais, além da ampliação do centro comercial e de prestação de serviços.

Itaipu foi responsável pela expansão da periferia empobrecida de Foz do Iguaçu, já que até o início da década de 1970 estes espaços constituíam-se em poucos e pequenos aglomerados, passando, a partir de 1974, a receber os não recrutados pela usina, aumentando desta forma os problemas sociais da cidade.

O impacto sobre a sociedade local foi tão grande quanto a obra de engenharia que ali acontecia. Com o início da construção de Itaipu ocorreu um novo momento na ocupação do Oeste paranaense, desta vez articulado à política nacional desenvolvimentista. Este momento não nega, necessariamente, o anterior, porém, introduz novos componentes sociais, culturais e econômicos na constituição da região, em parte dissociados do seu passado, mas determinantes na atual configuração socioespacial.

REFERÊNCIAS

BATISTA, J. C. A estratégia de ajustamento externo do Segundo Plano de Desenvolvimento Nacional. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v.7, n.2, abr/jun. 1987.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro** – o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – 1972/74**. Brasília, 1971.

_____. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – 1975/1979**. Brasília, 1974.

CATTA, L. E. **O cotidiano de uma fronteira**: a perversidade da modernidade. Cascavel: Edunioeste, 2002.

_____, L. E. **A face da desordem**: pobreza e estratégias de sobrevivência em uma cidade de fronteira (Foz do Iguaçu / 1964 – 1992). São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009.

FURTADO, C. **Análise do ‘modelo’ brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1972.

_____, C. **O Brasil pós “milagre”**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975.

IPARDES. **Estudos dos efeitos econômicos e sociais da hidrelétrica de Itaipu sobre a região oeste do Paraná**. Curitiba, 1977.

ITAIPU. **Resumo do Projeto Itaipu**. Curitiba, 1980.

_____. **Relatório anual**. Curitiba, 1990.

LIMA, I. T. C. **Itaipu: as faces de um mega projeto de desenvolvimento**. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2004.

PEREIRA, O. D. **Itaipu: prós e contras**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. **Plano de desenvolvimento integrado e diagnóstico municipal (PDI – DM)**. Foz do Iguaçu, 1972.

_____. **Seminário de Planejamento e Desenvolvimento**. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento, 1982.

_____. **Anuário Estatístico 1990**. Foz do Iguaçu, 1992.

RANGEL, I. **Recursos ociosos na economia nacional**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, n.7, 1960.

_____, I. Economia: milagre e anti-milagre. In: RANGEL, I. **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.v.1, p.681- 742.

SANTOS, M. _____, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2008.

SINGER, P. **Desenvolvimento e crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SOTUYO, P. C. G. **Segregação urbana**: estudo de caso das vilas de Itaipu. Dissertação (Mestrado). 1998. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.